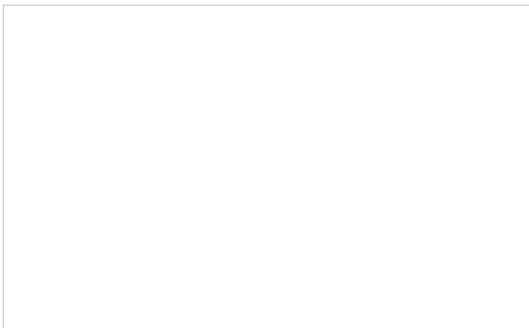


## 04/05/2016 09:57 - Jurista aponta diferenças entre pedidos de impeachment de Collor e Dilma

Foto: Pedro França/Agência Senado/Divulgação



O ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Marcello Lavenère, um dos autores do pedido de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, apontou diferenças entre os pedidos de impedimento de Collor e da presidente da República, Dilma Roussef. Ele se dedicou a uma narrativa histórica. “É de bom alvitre nos debruçarmos sobre aquele momento e tirar lições para hoje”, afirmou.

Lavenère lembrou que a denúncia do irmão de Fernando Collor - Pedro Collor - à imprensa, na época, motivou as manifestações sociais, o início de um movimento pela ética na política e a abertura de uma CPI que culminou no processo de impeachment. “Antes disso, o Collor não tinha oposição. O que ele

queria, ele fazia. Sequestrou até poupança”, lembrou.

O pedido de impeachment, segundo ele, foi baseado no relatório da CPI do PC Farias, que contou com toda a instrução do processo. “Não foi um pedido sem provas, irresponsável. Foi um pedido assinado por um conjunto de organizações da sociedade civil. Não ganhamos nenhum dinheiro, de nenhum partido, não tinha interesse partidário”, disse.

A principal diferença entre os dois processos, segundo Lavenère, é que naquela época havia crime do ex-presidente Fernando Collor. “Não acredito que os senadores crêem que pedaladas fiscais e abertura de créditos são crimes. Os únicos crimes que podem causar impeachment da presidente são crimes de responsabilidade”, disse. Ele comparou o impeachment, neste caso, ao tratamento de quimioterapia para quem tem um resfriado.

Lavenère atribuiu o pedido de impedimento ao inconformismo exacerbado aos resultados da eleição. “É a crônica de uma morte anunciada. A vítima já estava escolhida no dia seguinte à eleição”, concluiu.

A Comissão do impeachment no Senado [ouviu ontem \(3\) especialistas indicados pela base governista](#) para debater o processo contra a presidente Dilma Roussef.

**Fonte:** Agência Câmara Notícias